

A terra como cultura material: poder e *status* na sociedade gaúcha oitocentista*

Land as material culture:

*Power and status in the 19th century rural society of Rio Grande do Sul, southern Brazil***

CLARISSA SANFELICE RAHMEIER

Doutora em História pela PUCRS, Pesquisadora do Departamento de Antropologia da University College London, Professora e pesquisadora da Universidade de Cruz Alta, RS

PhD in History (PUCRS, Brazil), Honorary Visiting Researcher at the Department of Anthropology, University College London, Professor and researcher at Universidade de Cruz Alta, RS, Brazil

RESUMO Tendo como contexto histórico o Rio Grande do Sul oitocentista, este artigo propõe uma interpretação da sociedade estancieira a partir da relação entre as pessoas e a terra, esta tomada como cultura material. De bem inalienável, concedente de *status* e também de poder, a terra se tornou, no contexto estancieiro, um bem alienável, cujo valor de uso e de troca passou a ser auferido de acordo com as relações capitalistas que se consolidavam no campo. Levando em conta os conceitos de alienabilidade e inalienabilidade da cultura material, este artigo propõe uma interpretação da terra como referencial para o posicionamento social.

PALAVRAS-CHAVE Cultura material, terra, sociedade, alienabilidade/inalienabilidade.

ABSTRACT This article presents an interpretation of the 19th rural society of the state of Rio Grande do Sul, Southern Brazil. The relationships between persons and land form the basis for this interpretation, in which land is understood as material culture. Political and economical changes in the ranch context of Rio Grande do Sul contributed to give land different meanings, and its value as a gift or as a commodity acted as a reference for social positions. Taking into account the concepts of alienability and inalienability of material culture this article offers an interpretation of the land as an important component in the process of identity formation of Rio Grande do Sul rural society.

KEYWORDS Material culture, land, society, alienability/inalienability.

* Este artigo resulta da minha tese de doutorado, defendida em 2007, no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, sob o título *A Experiência da Paisagem Estancieira: um estudo de caso em arqueologia fenomenológica. Estância Vista Alegre, Noroeste do RS, século XIX*. Para o seu desenvolvimento, tive o apoio do CNPq (Bolsa no Brasil e Bolsa Sanduíche) e a imprescindível orientação dos professores Arno Alvarez Kern (PUCRS, Brasil) e Christopher Tilley (University College London), aos quais sou grata.

** This article is a result of my PhD thesis, defended in 2007, in PUCRS History Post Graduate programme, entitled *A Experiência da Paisagem Estancieira: um estudo de caso em arqueologia fenomenológica. Estância Vista Alegre, Noroeste do RS, século XIX*. (The experience of ranch landscape: a case study in phenomenological archaeology. Vista Alegre ranch, Rio Grande do Sul, 19th century). In order to develop it, I was supported by CNPq (Scholarship in Brazil and "Sandwich" scholarship) and also counted with the unique guidance of the following professors: Arno Alvarez Kern (PUCRS, Brasil) and Christopher Tilley (University College London), to whom I am grateful.

Cultura material e interpretação social

As pesquisas acerca da cultura material têm passado por significativo incremento, marcadamente nas últimas duas décadas, em que pesquisadores de diferentes áreas produziram diversos estudos relativos à materialidade. Ao debruçarem-se sobre os objetos de pesquisa, sociólogos, arqueólogos, historiadores, antropólogos, etnólogos, geógrafos, *designers*, entre outros, construíram uma disciplina que, por meio da heterogeneidade do seu enfoque, preserva a sua unidade. Longe de fornecer um modelo de metodologia a ser seguido, os estudos sobre a cultura material têm apresentado variadas possibilidades na busca do entendimento das formas materiais e dos indivíduos que, de algum modo, com elas se relacionam.

Essa pluralidade de aproximações levou à construção de teorias também plurais para a interpretação do ser humano e das coisas. As diferentes abordagens teórico-metodológicas somam-se, sem se sobrepôr, umas às outras, funcionando mais como um sistema de idéias complementares do que como uma série de concepções antagônicas. A diversidade faz da área um campo disciplinar aberto e em construção, o que estimula a elaboração de novas interpretações e reflexões acerca das coisas e das pessoas. Essa amplitude se revela, inicialmente, no significado dado à expressão *cultura material* e ao conceito de *materialidade*, heterogêneo e até mesmo ambíguo.

Os estudos contemporâneos referentes à cultura material são pautados comumente por duas dimensões: ou têm como ponto de partida de sua análise determinadas qualidades das coisas ou, alternativamente, partem do próprio ser humano, individualmente ou em sociedade.¹ A primeira abordagem se ocupa das qualidades dos objetos enquanto, por exemplo, estáticos ou móveis, raros ou comuns, locais ou exóticos, novos ou velhos etc.; ao passo que a segunda se preocupa com a relação entre sujeito e objeto, considerando que os seres humanos e as coisas exercem influência mútua uns sobre os outros. Nesse sentido, a definição de onde começa ou termina uma coisa ou um objeto, uma pessoa, a cultura e a cultura material depende diretamente do contexto de análise e pesquisa.

Lançado em 2006, o *Handbook of Material Culture*² é um referencial teórico-metodológico que fornece um panorama das pesquisas sobre a cultura material desenvolvidas atualmente. Sem a intenção de ser um modelo para conduzir novos estudos, o *Handbook* se caracteriza justamente por procurar garantir a amplitude de

¹ TILLEY, C.; KEANE, W.; KÜCHLER, S.; ROWLANDS, M.; SPYER, P. "Introduction". In: TILLEY, C.; KEANE, W.; KÜCHLER, S.; ROWLANDS, M.; SPYER, P. (Eds.). *Handbook of Material Culture*. London: SAGE, 2006, p. 4.

² TILLEY, C.; KEANE, W.; KÜCHLER, S.; ROWLANDS, M.; SPYER, P. (Eds.). Op. cit.

Material culture and social interpretation

Research into material culture has increased significantly, particularly in the past two decades, when researchers from different areas have carried out various studies related to materiality. Sociologists, archaeologists, historians, ethnologists, geologists and designers, among others, while dedicating themselves to the objects of their research, have succeeded in building a subject which preserves its unity through the heterogeneity of its focus. Far from providing a methodology model to be followed, the studies about material culture have presented various possibilities in the quest for the comprehension of material forms and the individuals who, in a certain way, interact with them.

This plurality of approximations has led to the construction of theories, also pluralistic, to interpret human beings and things. The different theoretical-methodological approaches add to each other (rather than conflict), and function more like a system of complementary ideas than a series of antagonistic conceptions. Diversity makes the area an open, under construction field of discipline, and this stimulates the elaboration of new interpretations and reflections about things and people. This diversity is revealed initially in the meanings given to the expression *material culture* and to the concept of *materiality*.

Contemporary studies about material culture are commonly based on the certain characteristics of things or, alternatively, on the human beings, considered individually or in a society.¹ While the first approach relates to the characteristics of objects while, for instance, static or mobile, rare or ordinary, local or exotic, new or old etc., the second approach considers the relationship between subjects and objects as they influence one another. From this perspective, the definition of where a thing or object, person, culture and material culture starts or finishes depends directly on the context of the analysis and research.

Released in 2006, the *Handbook of Material Culture*² is a theoretical-methodological reference supplying an overview of current research into material culture. The *Handbook* presents the wide range of

¹ TILLEY, C.; KEANE, W.; KÜCHLER, S.; ROWLANDS, M.; SPYER, P. "Introduction". In: TILLEY, C.; KEANE, W.; KÜCHLER, S.; ROWLANDS, M.; SPYER, P. (Eds.). *Handbook of Material Culture*. London: SAGE, 2006, p. 4.

² TILLEY, C.; KEANE, W.; KÜCHLER, S.; ROWLANDS, M.; SPYER, P. (Eds.), Op. cit.

approaches and eclecticism currently found in material culture research. In the book, various researchers outline the concepts of materiality employed in their own areas of study, demonstrating the many and varied meanings given to materiality.

These diverse interpretations include things that exist regardless of any action or human intervention such as a mountain, animal or tree, and also things created by people such as artefacts and their physical and technological characteristics of use. In a deeper sense, things can also be understood as part and parcel of culture and human society. In this conception, special attention is paid to the way things are used consciously by people in order to communicate ideas, or the way people are unconsciously affected by things as influences are transferred to their habits and collective life. The relationship between things and people is also present in cosmologic explanations, beliefs, emotions and values systems and contributes in outlining personal and group identities. Things are therefore related to history and tradition, to individual and collective memories, and are identified with certain places and landscapes, with the concepts linked to them, as well as to social change or stability.

The interaction between people and things leads to the study of materiality beyond the field of objects as it extends to the human body. The body can in itself be considered a material form. It is provided with sensorial apparatus which enables it to feel different experiences in the physical world – a world which also produces, expands and limits the capacities of the body.

The concept of materiality is therefore very wide. When related to culture, this conceptual width allows for the study of the diverse dimensions of things and people, creating a field of analysis linked to the expression *material culture*. This concept is likewise heterogeneous, dynamic and eclectic.

Generally speaking, studies of material culture can be classified, according to the *Handbook*, into three types: 1) those which have as the object of study, within a specific context, a particular material domain such as architecture, clothing, food, etc.; 2) those aiming at reaching beyond specificity, creating broader theories about the meaning of material forms and their capacity of contributing to the understanding of social relations, paying particular attention to studies about

abordagens e o ecletismo presente nas pesquisas sobre a cultura material. Na obra, diversos pesquisadores delineiam conceitos a respeito da materialidade de acordo com as suas próprias áreas de estudo. A partir deles, são listadas dez concepções dadas às coisas – concepções essas que podem ser tidas como tradutoras, em um sentido geral, dos diversos entendimentos sobre a materialidade.

As diversas compreensões englobam desde as coisas que existem independentemente de qualquer ação ou intervenção humana, como uma montanha, um animal ou uma árvore, até as coisas criadas pelas pessoas, como os artefatos e suas características físicas, tecnológicas e de uso. Num sentido mais profundo, as coisas podem ser entendidas, ainda, como parte e parcela da cultura e da sociedade humana. Nessa concepção, atenta-se para a forma como as coisas são utilizadas conscientemente pelas pessoas a fim de comunicar as suas idéias, ou, ainda, para o modo como inconscientemente as pessoas são afetadas pelas coisas, transferindo a influência para os seus hábitos e a sua vida coletiva. A relação entre coisas e pessoas também está presente em explicações cosmológicas, em crenças, emoções e sistemas de valores e contribui para delinear identidades pessoais e grupais. Disso decorre, indo além, uma relação das coisas com a história e a tradição, o delineamento de memórias individuais e coletivas, a identificação com determinados lugares e paisagens e também com conceitos relativos a paisagens e lugares, a movimentos ou permanências sociais.

A interação entre as pessoas e as coisas leva, ainda, ao estudo da materialidade além do âmbito dos objetos, estendendo-se ao corpo humano. O corpo pode ser considerado em si mesmo uma forma material, dotada de mobilidade e de um aparato sensorial que lhe confere diferentes experiências do mundo físico ao seu redor, o qual, por sua vez, produz, estende e limita as capacidades corporais.

O conceito de materialidade é, portanto, bastante amplo. Quando relacionada à cultura, a amplitude conceitual dá chance a estudos sobre as diversas dimensões das coisas e das pessoas e origina um campo de análise que se vincula à expressão *cultura material*, do mesmo modo, um conceito heterogêneo, dinâmico e eclético.

Os estudos concernentes à cultura material não são fechados, mas as pesquisas já realizadas delineiam um quadro conceitual e temático que, de acordo com o *Handbook of Material Culture*, os separa em três tipos: 1) aqueles que têm como objeto de estudo, dentro de um contexto específico, um domínio material particular, como a arquitetura, o vestuário, a alimentação etc.; 2) aqueles que buscam ir além da especificidade, tecendo teorias mais gerais a respeito do

significado e do poder das formas materiais e da sua capacidade de contribuir para a compreensão das relações sociais, debruçando-se sobre estudos de arte, paisagem, memória, tecnologia, troca e consumo, por exemplo, em estudos de caso ou considerando diversos contextos culturais; e 3) estudos holísticos, que buscam analisar a diversidade dos domínios materiais (arquitetura, alimentação, tecnologia, paisagem etc.) dentro do âmbito de pesquisas arqueológicas ou etnográficas mais específicas. Constituindo-se não só em alternativa, mas em complemento às pesquisas que tratam do objeto em si, esses estudos têm ampliado significativamente as possibilidades de compreensão da sociedade por meio das formas materiais. A idéia apresentada neste artigo é uma dessas possibilidades.

Tendo como foco de pesquisa a intrínseca relação entre os seres humanos e a materialidade, proponho, primeiramente, uma interpretação da terra como cultura material. A partir disso, busco interpretar a sociedade por meio da relação entre a terra e os seres humanos. Para tanto, tomo como contexto histórico o Rio Grande do Sul oitocentista, mais especificamente as estâncias do Planalto Médio, no noroeste do estado.

A partir dos conceitos de alienabilidade e inalienabilidade da cultura material, desenvolvo uma interpretação da relação entre a terra e o *status* por ela conferido. Mais do que reforçar explicações um tanto evidentes sobre as interações sociais, essas concepções teóricas dão chances a uma reflexão mais aprofundada acerca da relação entre a cultura material e a conformação social.

Alienabilidade e inalienabilidade da terra e conformação social

Com Malinowski³ e Mauss⁴, o estudo da carga simbólica dos bens materiais ganhou projeção no âmbito da antropologia social e daí estendeu-se para outras áreas do conhecimento que buscam interpretar a sociedade por meio das trocas realizadas entre os indivíduos. Aos estudos sobre reciprocidade e troca de presentes em comunidades não-industriais foram acrescentadas pesquisas sobre o consumo e o comércio nas sociedades capitalistas. Em seu conjunto, os estudos sobre o significado das coisas e a sua intrínseca relação com os seres humanos têm contribuído sobremaneira para a interpretação da cultura material e da dinâmica social.

Buscando compreender quanto do próprio indivíduo circula no mundo físico por meio da circulação ou detenção das formas

art, landscapes, memories, technology, trade and consumerism, as in case studies or considering diverse cultural contexts; and 3) holistic studies aiming at analysing the diversity of material domains (architecture, food, technology, landscapes, etc.) within the spectrum of more specific archaeological or ethnographical research. They constitute not only an alternative but also a complement to researches that are limited to the object itself. These studies therefore have significantly broadened the possibilities of comprehending society through material forms. The idea presented in this article is one of these possibilities.

As the intrinsic relationship between human beings and materiality is the focus of the research I present here, I propose firstly an interpretation of land as material culture. I then aim at interpreting the society through the relationship of land with human beings within the rural context of Rio Grande do Sul in the 19th century.

From the concepts of alienability and inalienability of material culture, I develop an interpretation of the relationship between land and the status derived from it. Besides reinforcing evident explanations about social interactions, these theoretical conceptions enable a deeper reflection about the relationship between material culture and social conformity.

Alienability and inalienability of land and social structure

The study of the symbolic meaning of materiality gained greater importance in the field of social anthropology with Malinowski³ and Mauss⁴. From then on, it has expanded to other fields of knowledge which attempt to interpret society through exchanges made between individuals. Researches into consumerism and trade in capitalist societies have been added to studies of reciprocity and gift giving in non-industrial communities. As a whole, studies about the meaning of things and their intrinsic relationship with human beings have contributed enormously to the interpretation of material culture and social dynamics.

³ MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonauts of the Western Pacific*. London: Routledge, 1922.

⁴ MAUSS, Marcel. *The Gift: the Form and Reason for Exchange in Archaic Societies*. London: Routledge, 1925/1990.

³ MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonauts of the Western Pacific*. London: Routledge, 1922.

⁴ MAUSS, Marcel. *The Gift: the Form and Reason for Exchange in Archaic Societies*. London: Routledge, 1925/1990.

Arjun Appadurai⁵, Igor Kopytoff⁶, Nicholas Thomas⁷ and Janet Hoskins⁸ considered the study of alienability of material culture in order to understand the symbolic meaning of materiality.

According to Thomas⁹, the elements of material culture can be classified into two categories: inalienable objects (gifts) and alienable objects (commodities). In the gifts category are listed objects which are intimately related to the individuals who possess them. When these objects are consumed (e.g. through exchanges, offers or tributes) they make people circulate. When an object is given to someone else with the intention of granting this person a certain level of distinction before others, the object is inalienable as, at this moment, no exchange value or monetary equivalence is attributed to it.

Janet Hoskins establishes another denomination for inalienable objects, although the meaning conferred by her to them is the same as the one conferred by Thomas. Based on Carrier, the author attributes the name of possessions to things that have a direct relationship with their owners because, as they carry a personal identity, are not commercialised.¹⁰

According to Thomas, commodities are objects possessing utilitarian value without having any significance related to the personality of those exchanging them.¹¹ When these objects circulate (are consumed) in the social milieu, it is only their materiality circulating as they are not seen as representing any individual. These objects (commodities) have essentially an alienable character due to their impersonality and to the fact that they are regarded as goods.

materiais é que autores como Arjun Appadurai⁵, Igor Kopytoff⁶, Nicholas Thomas⁷ e Janet Hoskins⁸ atentaram para o estudo da alienabilidade da cultura material – a carga simbólica atribuída a dada materialidade determinaria o seu caráter, alienável ou inalienável.

Segundo Thomas⁹, os elementos da cultura material podem ser classificados em duas categorias: os objetos inalienáveis – *gifts* – e os objetos alienáveis – *commodities*.¹⁰ Na categoria de *gifts*, são relacionados os objetos nos quais se investe uma carga significativa forte e estreitamente relacionada ao indivíduo que os possui. Em razão da significação que lhe é atribuída, o objeto, ao ser consumido (por exemplo, através de trocas, oferendas, homenagens) faz circular pessoas. Em outras palavras, o valor de estimação conferido ao objeto faz com que a sua circulação na sociedade, entre diferentes indivíduos, represente a circulação desses mesmos indivíduos. Quando um objeto é dado a outrem com o sentido de conferir a essa pessoa algum grau de distinção perante os demais, o objeto é considerado inalienável, uma vez que, nesse momento, não lhe é atribuído valor de troca ou equivalência monetária.

Janet Hoskins estabelece outra denominação para os objetos inalienáveis, embora o sentido conferido por ela a essa categoria seja o mesmo dado por Thomas. A autora, baseada em Carrier, atribui o nome de possessões (*possessions*) às coisas que possuem uma relação bastante estreita com o seu proprietário e que, por carregarem uma identidade pessoal, não são comercializadas.¹¹

Na categoria de *commodities*, são relacionados, segundo Thomas, os objetos que possuem valor utilitário, sendo destituídos de significados que remetam à personalidade de quem os intercambia.¹² Na circulação (consumo) desses objetos no meio social, é tão-somente sua materialidade que circula, na medida em que não são entendidos como a representação de algum indivíduo. Por sua impessoalidade, e por serem tratados como mercadoria, esses objetos (*commodities*) possuem caráter essencialmente alienável.

⁵ APPADURAI, Arjun. “Introduction: commodities and the politics of values”. In: APPADURAI, A. (Ed.). *The Social Life of Things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 3-63.

⁶ KOPYTOFF, Igor. “The Cultural Biography of Things: commodization as process”. In: APPADURAI, A. (Ed.). *The Social Life of Things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 64-91.

⁷ THOMAS, Nicholas. *Entangled Objects: exchange, material culture, and colonialism in the Pacific*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1991.

⁸ HOSKINS, Janet. *Biographical Objects: how things tell the stories of people’s lives*. New York and London: Routledge, 1998.

⁹ THOMAS, Nicholas, Op. cit., p. 13.

¹⁰ HOSKINS, Janet, Op. cit.

¹¹ THOMAS, Nicholas, Op. cit.

⁵ APPADURAI, Arjun. “Introduction: commodities and the politics of values”. In: APPADURAI, A. (Ed.). *The Social Life of Things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 3-63.

⁶ KOPYTOFF, Igor. “The Cultural Biography of Things: commodization as process”. In: APPADURAI, A. (Ed.). *The Social Life of Things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 64-91.

⁷ THOMAS, Nicholas. *Entangled Objects: exchange, material culture, and colonialism in the Pacific*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1991.

⁸ HOSKINS, Janet. *Biographical Objects: how things tell the stories of people’s lives*. New York and London: Routledge, 1998.

⁹ THOMAS, Nicholas. Op. cit., p. 13.

¹⁰ Por considerar “presente” e “mercadoria” traduções que podem trazer algum prejuízo aos conceitos aqui trabalhados, optei por preservar os termos no original inglês.

¹¹ HOSKINS, Janet. Op. cit.

¹² THOMAS, Nicholas. Op. cit.

Appadurai¹³ dá um sentido diferente aos objetos alienáveis. O autor argumenta que a alienabilidade não destitui as coisas de vida social, uma vez que a própria atribuição de valor de troca é uma característica conferida ao objeto, o que o torna mediador de relações sociais. A definição de Igor Kopytoff pode ser considerada complementar ao sentido atribuído por Appadurai aos objetos alienáveis. Segundo Kopytoff, *commodity* é algo que tem valor de uso e que pode ser trocado em uma transação. Entretanto, para que ocorra o intercâmbio, é necessário que haja, no imediato contexto, contrapartida de valor equivalente.¹⁴

Comumente, os conceitos relativos ao entendimento da cultura material são aplicados a estudos de sociedades não-ocidentais e não-capitalistas, em que as coisas não são vistas como dissociadas das pessoas, mas, ao contrário, representam uma parte do ser humano. Em *An Ethnography of the Neolithic*, Christopher Tilley¹⁵ faz referência à distinção entre as concepções ocidentais contemporâneas e o pensamento compartilhado pelas sociedades de menor escala, não-industriais. Segundo o autor, no senso comum ocidental contemporâneo, tende-se a absolutamente distinguir o mundo “das pessoas e suas palavras” do mundo “das coisas e seus atributos”. O mundo das coisas, ou objetos, é tipicamente considerado mudo e inerte, somente animado pelas pessoas e as suas palavras, que criam sistemas de significados culturalmente variáveis. Por outro lado, em comunidades não-industriais, a separação entre pessoas e coisas não é considerada válida.¹⁶

A sociedade que se estruturou no contexto estancieiro rio-grandense do século XIX mesclava diversas concepções a respeito do mundo, uma vez que era composta por indivíduos de diferentes matrizes culturais, ocidentais (europeus e seus descendentes) e não-ocidentais (indígenas e seus descendentes, grupos africanos e seus descendentes). O contato interétnico nesse contexto, representado não só pelo convívio em uma mesma sociedade, mas também pela miscigenação, possibilitou que fosse desenvolvido um processo de transculturação entre os grupos que interagiam no meio rural em questão. Entretanto, o que prevaleceu como pensamento direcionador da sociedade que se estruturava foi o modelo ocidental. A dicotomia presente nessa forma de pensar o mundo, quando trazida para a esfera material dos objetos e sua significação, difundiu também a divisão entre a sociedade, cujos componentes eram

Appadurai¹² gives a different meaning to alienable objects. The author supports the idea that alienability does not deprive things of social life since the exchange value conferred on the object can also mediate social relationships. The definition given by Igor Kopytoff can be considered complementary to the meaning given by Appadurai to alienable objects. According to Kopytoff, a commodity is something with a value of use that can be exchanged in a transaction. However, in order for this to happen, a counterpart of equivalent value is necessary.¹³

Concepts related to the understanding of material culture are commonly applied to the studies of non-western, non-capitalist societies, in which things are seen not as dissociated from people but representing a part of the human being. In *An Ethnography of the Neolithic*, Christopher Tilley¹⁴ makes reference to the distinction between contemporary western conceptions and the thinking shared by small-scale, non-industrial societies. According to the author, in the modern western common sense, there is a tendency to absolutely distinguish the world of people and their words from the world of things and their attributes. The world of things or objects is typically considered mute and motionless, and only put in motion by people and their words as they create systems of meanings which are culturally variable. On the other hand, in non-industrial communities, the separation between people and things is not considered to be valid.¹⁵

The 19th century society in the rural areas of Rio Grande do Sul combined various conceptions about the world since it was composed of individuals from different cultures, both western (Europeans and descendants) and non-western (Indigenous and African peoples and their descendants). The interethnic contact amongst these groups (represented not only by living in the same society but also by miscegenation) enabled the development of a process of transculturation. However, what prevailed as the leading thought in the structuring of this society was the western model of thinking. When considering the materiality of objects and their meaning, the dichotomy present in this form

¹³ APPADURAI, Arjun. Op. cit., p. 3.

¹⁴ KOPYTOFF, Igor. Op. cit., p. 68.

¹⁵ TILLEY, Christopher. *An Ethnography of the Neolithic: early prehistoric societies in Southern Scandinavia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

¹⁶ TILLEY, Christopher. Op. cit., p. 247.

¹² APPADURAI, Arjun, Op. cit., p. 3.

¹³ KOPYTOFF, Igor, Op. cit., p. 68.

¹⁴ TILLEY, Christopher. *An Ethnography of the Neolithic: early prehistoric societies in Southern Scandinavia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

¹⁵ TILLEY, Christopher, Op. cit., p. 247.

of thinking also created a division in the society, with its members being classified into two categories: owners and non-owners of land.

The condition of being an owner of land defined social roles and, consequently, the relationships derived from them. Even though we are talking about a western, capitalist society, we can apply these concepts of alienability and inalienability to it. However, applying these concepts to a non movable materiality requires a distinct, but not less valid, approach.

Land as material culture: power and status in the rural society of Rio Grande do Sul.

A piece of land does not circulate around the world in the same way that other elements such as necklaces, lucky charms, relics, mantles, among others, do. These mobile objects are frequently studied owing to their biographical character, which is built according to the extent to which they circulate through different contexts, passing from hand to hand and being consumed by various groups in different ways. A piece of land does not circulate around the material world but it passes from hand to hand as it is given, sold, traded, occupied, abandoned and so forth. Land does not circulate through different contexts; it is recontextualised according to the way it is consumed at different times and by different groups.

In 19th century Rio Grande do Sul the diverse meanings attributed to the land itself and to the individuals who were in any way related to it derived from different economic and political contexts. As stated previously, the ownership of land directed social relationships within the rural context and conferred various meanings to its owner according to the period under analysis.

It is also possible to attribute a biographical character to the land as personal attributes were linked to it. Furthermore, roles and relationships in society were defined by the meaning given to the land. In this way personal biographies were created according to individuals' relationships with the land.

Under this perspective, a study of the land, considered as material culture, is proposed here to reach a better understanding of the human beings. In other words, the aim is to understand how the people who were part of the rural society created their own biographies based on their relationships with the land.

considerados de acordo com duas categorias: os proprietários e os não-proprietários de terras.

A condição de proprietário direcionava os papéis sociais e, conseqüentemente, as relações que daí decorriam. Mesmo se tratando de uma sociedade ocidental que se organizava cada vez mais de acordo com as relações advindas de um capitalismo que emergia, é possível pensar a sociedade estancieira também a partir dos conceitos de alienabilidade e inalienabilidade da terra. Entretanto, empregar tais conceitos a um ramo da cultura material que é imóvel – a terra – exige uma reflexão distinta, e nem por isso menos válida.

A terra como cultura material: poder e *status* no contexto estancieiro

Por sua característica imóvel – mas não imutável – a terra não pode ser fisicamente intercambiada. Um terreno não circula no mundo da mesma maneira que outros elementos da cultura material, como colares, amuletos, relíquias, mantos, entre outros exemplos. Esses objetos, móveis, são freqüentemente estudados em razão do seu caráter *biográfico*, o qual é construído na medida em que o objeto circula por diferentes contextos, passando de mão em mão, sendo consumido por variados grupos e de distintas formas. Um pedaço de terra não transita no mundo material, mas passa de mão em mão para ser dado, vendido, trocado, ocupado, abandonado, e assim por diante. A terra também não circula por diferentes contextos, mas é recontextualizada na medida em que é consumida em diferentes épocas e por diferentes grupos humanos.

Levando-se em conta somente o século XIX, os diferentes contextos econômicos e políticos por que passou a sociedade rio-grandense produziram diferentes formas de interação com a terra. Daí decorreram os diversos significados atribuídos à própria terra e também aos indivíduos que com ela, de alguma forma, se relacionavam. Como afirmado anteriormente, a propriedade da terra direcionava as relações sociais no contexto estancieiro e conferia significados variados ao seu proprietário de acordo com a época analisada.

Dessa forma, é possível também atribuir à terra um caráter biográfico, pois a ela atrelavam-se atributos pessoais. E, mais do que isso, porque a partir do significado dado à terra eram constituídos os papéis e as relações sociais, é possível traçar também uma biografia das próprias pessoas que a ela estavam de algum modo vinculadas.

Nesse sentido, é proposto aqui um estudo da terra, tomada como cultura material, para se chegar ao entendimento dos se-

res humanos. Em outras palavras, busca-se compreender como as pessoas que compunham a sociedade estancieira criaram as suas próprias biografias em função de sua relação com a terra.

Ao longo do século XIX, o significado dado à terra no noroeste do Rio Grande do Sul variou na medida em que a área sofreu mudanças políticas, sociais e econômicas. De bem inalienável, atribuidor de *status* e também de poder, a terra tornou-se um bem cujo valor de uso e de troca passou a ser auferido de acordo com as relações capitalistas que se consolidavam no campo. Essas mudanças alteraram também a posição do proprietário rural.

No século XIX, os proprietários de terra gaúchos, essencialmente criadores de gado ou donos de *charqueadas*, exerciam forte influência no cenário político local, regional e nacional e, de certa forma, representavam o poder central na sua comunidade – mesmo que em diversos períodos da história tenha sido verificada uma disputa entre essas esferas. A influência de tal grupo social estava relacionada à sua condição econômica, a qual se prendia fundamentalmente à economia do gado.¹⁷

A contrapartida também era garantida. Conforme afirma Torronteguy, “o governo e a câmara representavam os criadores, por isso a política da época era de dar suporte aos grandes estancieiros”.¹⁸ A relação entre os proprietários de terra, a Guarda Nacional e o poder local era bastante forte.

O preconceito em que estava envolvida a sociedade estancieira atuava como divisor de dois mundos: de um lado, o mundo dos proprietários; do outro, o dos não-proprietários.¹⁹ Soma-se a isso a ascendência europeia dos estancieiros, mais um motivo alegado para justificar a separação entre os dois mundos, a qual se perpetuou após o cercamento dos campos.²⁰ É fato, portanto, que a propriedade da terra conferia poder a quem a detivesse.

Em um primeiro momento, no contexto estancieiro, a terra era dada como *sesmaria* a um homem (europeu ou seu descendente) em caráter hereditário, como forma de legitimar um *status* adquirido por meio da guerra ou herdado por laços familiares.²¹ Esse passava a ter, então, um compromisso com o governo, sendo investido com poderes políticos na região em que a sua possessão era estabelecida.

¹⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 156.

¹⁸ TORRONTÉGUY, Teófilo O. V. *As origens da pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994, p. 31.

¹⁹ Idem.

²⁰ Ibidem, p. 122.

²¹ Como acontecia no restante do Brasil, os primeiros ocupantes da terra eram desconsiderados no processo de doação de *sesmarias*.

Throughout the 19th century, the meaning given to land in the northwest of Rio Grande do Sul varied according to the political, social and economic changes in the area. It changed from being inalienable, status and power granting, to a possession whose value of use and exchange were measured by capitalist relationships. These changes also altered the position of the rural estates' owners.

In the 19th century, the rural estates' owners of Rio Grande do Sul, mainly cattle breeders or owners of dried salted meat production units (*charqueadas*), played an important role in the local, regional and national political arena. In a certain way, they represented the central power in their communities. The influence of this social group was connected to its economic position, mainly linked to the cattle economy.¹⁶

The counterpart was also guaranteed. As Torronteguy affirms, the government and the politicians represented the breeders. Therefore, the policy was to support the greatest rural estates' owners.¹⁷ There was a very tight relationship between land owners, the National Guard and the local power.

Prejudice acted as a barrier between two worlds within the rural context: on one side the world of owners; on the other the world of non-owners.¹⁸ Another alleged reason for this separation (which continued after the construction of fences), was the European ascendance of the rural owners.¹⁹ In fact, the ownership of land conferred power on those who had it.

Within the rural context, land (in the form of a *sesmaria*) was first given to a man (usually European or descendant) as a way of legitimizing a status acquired through war or family liaisons.²⁰ This man was then strictly committed to the government and was also invested with political powers in the region where his possession was located. It was the beginning of a hierarchical relationship based

¹⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 156. (Capitalism and slavery in meridional Brazil: the afro-americans in the slavery society of Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 156.)

¹⁷ TORRONTÉGUY, Teófilo O. V. *As origens da pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994, p. 31. (The origins of poverty in Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994, p. 31.)

¹⁸ Idem.

¹⁹ Ibidem, p. 122.

²⁰ As in many other parts of Brazil, the first settlers were not considered in the process of land donations (*sesmarias*).

on an inalienable possession. Once formally possessing a piece of land (a *sesmaria*) the owner could use other people's work – people being those who did not possess any land. The social network based on the relationship between individuals and land had a strong and direct influence on the identity formation of the groups which made up part of the rural context.

According to Weiner²¹, in general all inalienable personal possessions evoke an intimate connection with their owners, symbolising a unique, private or secret experience, adding value to the individuals' identity. Land is included in this interpretation and the fact of owning it contributed to the construction of the identity of the inhabitants of Rio Grande do Sul, not only in the rural areas but in Rio Grande do Sul in general.

Inalienable things have the capacity of conferring a distinct status on the person or group possessing them. This status commonly confers power depending on the context in which it is granted, received or maintained. Being the owner of a *sesmaria* meant having an inalienable possession which gave to its owner economic and political power. This power maintained the social structure and dependency liaisons which were based on land ownership. Such power, originated from the condition of being a landowner, was related to the status that this very condition created. In other words, land as an inalienable thing conferred status on its owner and through this status, conferred power. The status and power attributed to the rural owner by the possession of land allowed him to use the Indigenous and Afro-descendant labour force. The society was then being structured according to the ownership of land as an inalienable possession. This situation began to change slowly in the middle of the 19th century, with the consolidation of capitalism as part of a worldwide phenomenon.²² The absence of regulation of land ownership between 1822 and 1850 slightly altered the access to land, giving an opportunity to common people, and not just the elite, to settle property. However, this situation was reversed as the whole country experienced structural changes in its political, social and eco-

Era o início de uma relação hierárquica baseada em uma possessão inalienável. Uma vez possuindo formalmente um pedaço de terra – a *sesmaria* – o proprietário poderia usar o trabalho dos “outros” – isto é, das pessoas que não possuíam terra. A rede social que se formava a partir da relação dos indivíduos com a terra exercia uma influência direta na formação identitária dos grupos que compunham o contexto estancieiro.

De acordo com Weiner²², em geral, todas as possessões pessoais inalienáveis invocam uma íntima conexão com seus proprietários, simbolizando uma experiência particular que, embora privada ou secreta, adiciona valor à identidade do indivíduo. A terra não foge a essa interpretação, e o fato de possuí-la contribuiu para a construção da identidade do gaúcho no Rio Grande do Sul, sendo uma característica que acabou vinculada à população rio-grandense em geral, e não somente às áreas rurais.

As coisas inalienáveis têm a capacidade de conferir um *status* distinto à pessoa ou ao grupo que as possui. É comum que o *status* também confira poder, dependendo do contexto no qual é dado/recebido/mantido. Ser proprietário de uma *sesmaria* significava possuir um bem inalienável que objetificava um poder não somente econômico, mas também político, garantidor da estrutura social e dos laços de dependência que se constituíam a partir da propriedade da terra. Tal poder advindo da condição de proprietário de terra estava relacionado ao *status* que essa mesma condição proporcionava. Ou seja, a terra como coisa inalienável conferia *status* ao seu possuidor e, por intermédio desse *status*, conferia poder. O *status* e o poder atribuídos ao estancieiro pela posse da terra eram utilizados por ele para usufruir do trabalho de indígenas e negros. A estrutura social configurava-se, então, de acordo com a propriedade da terra como bem inalienável. Essa situação foi, aos poucos, se alterando na medida em que, a partir de meados do século XIX, o capitalismo se consolidava no campo – reflexo do que ocorria em escala mundial.²³ Com o fim das concessões de *sesmarias* por parte do governo imperial, o acesso à terra passou a se dar, em um primeiro momento, pela posse, e, após a implementação da Lei de Terras, pela compra. A ordem social estabelecida alterava-se, e o superior não era mais o dono da terra, como gerações passadas haviam garantido, mas o detentor de bens que possuíssem liquidez. A simples posse foi, dessa forma, tornando-se uma condição atribuidora somente

²¹ WEINER, A. *Inalienable Possessions: the paradox of keeping-while-giving*. Berkeley; Oxford: University of California Press, 1992, p. 36.

²² It is important to highlight that, in the 19th century, through treaties and laws, England was making pressure on Brazil to make the country stop, firstly, with slave trade and, secondly, with slavery itself.

²² WEINER, A. *Inalienable Possessions: the paradox of keeping-while-giving*. Berkeley; Oxford: University of California Press, 1992, p. 36.

²³ Cabe lembrar que, ao longo do século XIX, por meio de tratados e leis, a Inglaterra pressionava o Brasil para que acabasse, primeiramente, com o tráfico de escravos e, em um segundo momento, com a própria escravidão.

de *status*, o qual não era mais vinculado ao poder de determinar os papéis sociais, como até então vinha ocorrendo. A hierarquia social passou a ser ditada pela posse de bens alienáveis.

As coisas alienáveis, especialmente quando inseridas em uma sociedade capitalista, têm a capacidade de conferir poder, do qual decorre o *status*. Assim, em sociedades em que os bens com liquidez são essenciais para a manutenção de poder, as coisas alienáveis acabam por ser mais requeridas que as inalienáveis.

Uma das modificações introduzidas pelo capitalismo foi a necessidade de tornar a mão-de-obra assalariada, o que contribuiu para que a terra como posseção inalienável se tornasse algo antiquado numa sociedade que se configurava, cada vez mais, como regulada pelo dinheiro – este sim capaz de determinar os papéis sociais e manter as pessoas sob o comando de outrem. Como elemento inalienável, a terra não teria mais o caráter simbólico que antes lhe era conferido pela sociedade. Seu valor como mercadoria (elemento alienável, portanto) ou fonte de rentabilidade passou a ser a referência para o posicionamento social.

Considerações finais

A perspectiva apresentada aqui dá ênfase ao fato de que as coisas possuem um significado que é fluido, dinâmico e muda ao longo do tempo, de acordo com o contexto em que estão inseridas. A condição de bem alienável ou inalienável, de mercadoria, posseção, *gift* etc., marca somente um momento, determinado significado conferido à materialidade conforme a época e o lugar a que pertence ou a pessoa ou grupo que a percebe. O significado dado às coisas não é estático, assim como os efeitos que causam nos indivíduos também variam.

O modo como as coisas são vistas influencia a consciência individual e a coletiva, estrutura sistemas de valores pessoais e de grupo e também direciona ações particulares e sociais. Desse modo, o seu significado ultrapassa a esfera do sentido, da definição que lhes é dada e adquire ainda mais relevância porque provoca uma influência prática nas pessoas. Como afirma Tilley, as coisas fazem a diferença; elas têm papel dinâmico na formação das pessoas, instituições ou culturas. Assim, o pensar ou o agir dependem tanto dos objetos que rodeiam as pessoas quanto da linguagem que utilizam ou intenções que têm: as pessoas se formam e também se reconhecem por meio das coisas.²⁴ No contexto estancieiro gaúcho, a relação que as pessoas estabeleciam com a terra foi

nomica organização: o governo brasileiro, em resposta ao crescimento do capitalismo, passou a Lei de Terras de 1850, pela qual a posseção legal de terras não ocupadas foi restringida à compra. A hierarquia social foi, a partir de então, ditada pela posseção de coisas alienáveis.

A terra tornou-se uma coisa alienável que poderia assegurar poder apenas se tivesse valor no mercado. Tinha de ser rentável para dar ao dono o poder, através do qual o status poderia ser alcançado. Em uma sociedade cada vez mais regulada pelo dinheiro, a terra como fonte de renda tornou-se algo que poderia determinar os papéis sociais e manter os indivíduos sob o comando de alguém.

Um dos mudanças introduzidas pelo capitalismo foi a necessidade de tornar o trabalho uma atividade paga. Isso contribuiu para a ideia de posseção de terra como algo antiquado numa sociedade cada vez mais regulada pelo dinheiro, a terra como fonte de renda tornou-se algo que poderia determinar os papéis sociais e manter os indivíduos sob o comando de alguém. Como elemento inalienável, a terra não teria mais o caráter simbólico que antes lhe era conferido pela sociedade. Seu valor como mercadoria (coisa alienável) ou fonte de lucro tornou-se a referência para o posicionamento social.

Final considerations

The perspective presented in this article emphasizes the fact that things carry a meaning that is fluid, dynamic and changeable over a period of time depending on the context in which they are presented. The condition of being alienable or inalienable, commodity, possession, gift, etc., marks only a moment, a certain meaning given to materiality according to the time and place it is and to the person or group that perceives it. Neither its meaning nor its effects on individuals are static.

The way things are seen influences individual and collective consciousness, structures systems of personal and group values and also directs private and social actions. In this way, their meanings exceed the sensorial sphere and the definitions which are awarded to them and acquire more relevance as they have practical influences on people's lives. As Tilley affirms, things make a difference; they have a dynamic role to play in the formation of people, institutions and cultures. Therefore, how people think and act depends on the objects surrounding them, the language they use and the

²⁴ TILLEY, Christopher. "Theoretical Perspectives". In: TILLEY, C.; KEANE, W.; KÜCHLER, S.; ROWLANDS, M.; SPYER, P. (Eds.). Op. cit., p. 10.

intentions they have: people are formed and they also identify themselves through things.²³ In the rural context of 19th century Rio Grande do Sul, the relationships that people established with the land were fundamental for this process of formation and recognition.

Such dynamic, fluid and heterogeneous relationships between people and land generated various meanings and specific social practices which were very important in the process of identity formation of individuals and groups in the rural society of Rio Grande do Sul. The social net derived from the possession of land as an inalienable or alienable thing demonstrates the entangled relationship that exists between human beings and material culture. The dialectic of this relationship proves that people and things form each other in a continuous process of being and becoming.

English version: Patrícia Azevedo

Text revision: John P. W. Thew

fundamental para esse processo de formação e reconhecimento de que fala Tilley.

Gerando diversos significados e práticas sociais específicas, tal relação dinâmica, fluida e heterogênea foi bastante importante no processo de formação identitária dos indivíduos que compunham a sociedade estancieira, no âmbito individual e coletivo. A rede social derivada da posse da terra como bem inalienável ou alienável demonstra, assim, a intrínseca relação entre os seres humanos e a cultura material. A dinâmica dessa relação é uma prova de que as pessoas e as coisas formam-se mutuamente, em um contínuo processo de ser e tornar-se.

²³ TILLEY, Christopher. "Theoretical Perspectives". In: TILLEY, C.; KEANE, W.; KÜCHLER, S.; ROWLANDS, M; SPYER, P. (Eds.), *Op. cit.*, p. 10.